

Judiciário deve evitar ‘tentação’ de extrapolar poder, afirma Mendonça

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, afirmou nesta segunda-feira (1º/6) que magistrados devem resistir à “tentação” de invadir as competências dos demais poderes. Na visão de Mendonça, é legítimo que o Judiciário dê a última palavra, mas ele não pode dar também a primeira palavra, que é uma atribuição do Legislativo.

O magistrado fez essas considerações durante a aula magna inaugural da [Escola de Justiça de Campinas](#). O evento, promovido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), marcou o início das atividades da instituição e reuniu autoridades locais, membros da academia e representantes da sociedade civil.

“Há uma tentação, por bons motivos, de nós quisermos resolver as coisas do nosso jeito. Mas numa democracia não é assim. Vigora o princípio democrático. O princípio democrático demanda que inovações sejam trazidas no âmbito da legislação, por parte do poder Legislativo.”

O ministro afirmou que as instituições passam por uma crise de credibilidade e defendeu a autocontenção da magistratura. “É sem dúvida legítimo o Poder Judiciário dar a última palavra. Mas nós não podemos dar a primeira e a última palavra. Nós estamos adentrando em esferas de poder que não são nossas.”

Para Mendonça, o chamado ativismo judicial é, simultaneamente, causa e efeito do enfraquecimento das instituições: ao mesmo tempo em que ocupa indevidamente o espaço deixado pelo Legislativo, o poder inflado do Judiciário incentiva o legislador a não se posicionar.

“Ao extrapolar o limite dos outros poderes, o Poder Judiciário enfraquece os demais poderes. Mas também é efeito, porque, ao enfraquecer, ele gera uma atuação inerte por parte do Poder Legislativo. Decisões difíceis não são mais tomadas, às vezes, no Poder Legislativo porque o Poder Legislativo vai se acomodando. Ele se ressentido de um lado e ele se acomoda de outro.”

Confiança popular

O ministro sustentou que instituições justas exigem decisões racionais, imparciais e conectadas à realidade concreta da administração pública. Ele advertiu que determinações judiciais proferidas sem conhecimento prévio das limitações financeiras e humanas dos entes governamentais não alcançam o ideal de justiça e sobrecarregam os gestores.

“Um dos sinais da injustiça é que, quando nós não conhecemos a realidade, nós tendemos a emitir juízos e decisões que não guardam consonância com a realidade.”

Mendonça recorreu à teoria do agente principal para ilustrar como o povo deposita a sua confiança nos governantes e nos servidores públicos. Para o ministro, a quebra desse vínculo gera um profundo problema de dimensão coletiva, já que desencoraja o cidadão comum a agir corretamente e a cumprir as leis no seu dia a dia.

“No dia em que nós não respeitarmos essa relação de confiança, fazendo prevalecer interesses próprios, interesses corporativistas, interesses ilegítimos de terceiros, nós estamos rompendo essa relação de confiança.”



Mendonça falou na aula magna inaugural da Escola de Justiça de Campinas

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-01/judiciario-deve-evitar-tentacao-de-extrapolar-poder-afirma-mendonca/>